

A NOTÍCIA

APOSENTADORIA

MP de Contas de Alagoas quer que servidores se aposentem pelo INSS



Mudança pode prejudicar trabalhadores; sindicato repudia ação

TOGAS SUJAS

Além de Celyrio Adamastor, juiz, advogados e dono de cartório estariam envolvidos

Desembargador é investigado em esquema de venda de sentença



Desembargador Celyrio Adamastor Tenório Accioly envolvido no esquema



Juiz Ivan Brito



Advogado Felipe de Pádua



Advogado Fernando Costa



Dono de um cartório, Vitor Sarmento...



... e seu irmão, Thiago Sarmento



Pé de Ferro e os irmãos Baixinho Boiadeiro e Pretinho Boiadeiro

BATALHA SEM FIM

Emboscadas, tiros e mortes fazem parte do clã mais temido do interior alagoano

Família Boiadeiro marcou o Sertão com rastro de sangue

DIFERENÇAS

Esse fato enfurece Família Boiadeiro que tenta viver do poder público

Dantas ascendeu na política com dedicação e trabalho





PRECATÓRIOS

O feirão de emendas promovido por Arthur Lira na noite desta quarta-feira, durante a votação da PEC dos Precatórios, pode acabar se transformando em foco de conflitos em poucas semanas. No Salão Verde, onde a movimentação de parlamentares era frenética, dois deputados relataram ter ouvido que a oferta por um voto a favor da PEC chegava a R\$ 15 milhões para adesões de última hora. A questão é que os deputados podem acabar sem ver a cor do dinheiro. A tática de trocar votos por verbas a cada votação importante vem sendo usada por Lira desde que ele passou a administrar a distribuição das emendas de relator, chamadas de orçamento secreto por não se saber exatamente qual o critério de distribuição dos recursos e nem haver transparência na aplicação do dinheiro.

CONCURSO

Depois de terem as avaliações canceladas devido à fraude, os concursos PM AL e Bombeiros AL já têm uma perspectiva para reaplicação das provas objetivas. De acordo com publicação feita nesta quarta-feira, 3, no Instagram oficial da Seplag AL, as avaliações serão remarçadas para o próximo ano: Concurso Bombeiros AL: provas em 22/01 - Concurso PM AL: provas em 23/01. De acordo com a pasta, as reaplicações vão acontecer somente em Alagoas, com os candidatos que já estavam inscritos nos concursos.

INDENIZAÇÃO

Esta semana, a defesa do senador Renan Calheiros apresentou apelação à Justiça de Alagoas na ação que o político move contra Deltan Dallagnol, o procurador chefe da Lava-Jato em Curitiba. Para quem não sabe, Renan ganhou, em decisão inicial, direito a, veja só, R\$ 40 mil em danos morais por postagens feitas por Deltan. A ação é motivada por manifestações do procurador em redes sociais, que, segundo Renan, extrapolaram o direito a livre expressão e foram cruciais para sua derrota na eleição para presidência do Senado, em 2019. Pois Renan não está satisfeito com os R\$ 40 mil estimados na condenação. Alega que o valor é "irrisório diante da capacidade financeira" do procurador, além de desconsiderar "a envergadura nacional na qual se perpetrou o dano moral". O senador estima em R\$ 100 mil o valor "justo" como indenização.

ÁGUA

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu parcialmente na quarta-feira (3) uma medida cautelar, ad referendum do plenário, para bloquear a utilização de metade dos recursos obtidos pelo governo do Estado de Alagoas no contrato de concessão com a BRK Ambiental. Ou seja, o ministro bloqueou o acesso do governo estadual a metade dos R\$2 bilhões pagos pela BRK pela outorga dos serviços. A medida cautelar foi solicitada pelo PSB de Alagoas, mas, diante de um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes que suspendeu o julgamento, o partido ingressou com a medida cautelar deferida nesta quarta pelo ministro Edson Fachin.

Justiça estranha

EDITORIAL

Alagoas tem uma Justiça bem questionável. Ou melhor, quem faz a justiça no Estado - nem todos - tem uma índole meio estranha. Já tivemos presidente do Tribunal de Justiça afastado do cargo acusado de corrupção. E mais: tem magistrado suspeito de crime de mando.

E não para por aí. Dizem que tem desembargador utilizando o poder da toga para conseguir um jetski novinho prejudicando uma concessionária. Sem contar aqueles que xingam advogados, fato que foi parar no Conselho Nacional de Justiça.

Falando em CNJ, coitada a corregedoria do órgão. São processos e mais denúncias contra magistrados e desembargadores de Alagoas. Tem suspeita de irregularidades na massa falida da Laginha, no concurso de car-

tórios, em preenchimento de vagas. Alagoas dá trabalho.

A última da vez foi a Polícia Federal entrou na Corte cumprindo mandados de busca e apreensão. Isso por suspeitas de que um desembargador estaria praticando a venda de senten-

ças.

Que justiça injusta que o povo alagoano tem. Enquanto uns esperam por Justiça, tem empresas de construção que paga juiz para ter aquilo que tanto quer. O judiciário alagoano tem que ser revisto.



LAURENTINO VEIGA

ARTIGO

A Cabala do dinheiro

“Os rabinos veem de fora. Seu respeito ao mercado, seu desejo de servir como consultores na área de ética financeira e sua busca por tornar mais claros os fluxos e impedimentos ao sustento lhes valerem, além de estereótipos racistas, uma incrível experiência no ramo do dinheiro”.

Rabino Nilton Bonder, tornou-se escritor com 19 livros publicados. Reconhecido nacionalmente e internacionalmente como pensador nas áreas de humanismo, filosofia e espiritualidade. Sendo assim, sua produção literária-erudita ganhou notoriedade nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia.

Segundo Carlos Minc: Esta original A Cabala do dinheiro revela um olhar muito especial sobre a riqueza, o mercado e as relações individuais e suas consequências para o conjunto da população. O prefaciador, por sua vez, dissecou o teor do livro com a sabedoria que é lhe peculiar.

O autor recorre não a Keynes, a Marx ou a Samuelson, mas ao Talmude, à Torá e ao conhecimento milenar dos rabinos para refletir e elucidar as intrincadas conexões da moeda, do negócio (gesheft), da acumulação, do insucesso. Utilizando exemplos de decisões cotidianas, ilustradas por saborosas citações rabínicas, nosso lúcido Bonder avança na filosofia da economia com um viés fortemente humanista e ecológico.

Por essas razões, vê-se no Sumário as temáticas que regem o mercado e, ao mesmo tempo, as verdades dos judeus: Parnassá – A cabala do sustento, Acumulando riquezas noutros mundos, Como parte da trilogia A Cabala da comida, A Cabala do dinheiro e, A Cabala da Inveja. No segundo volume trata primordialmente da relação do indivíduo com o seu mundo e o sistema de valorização do universo que o cerca.

SOB À ÓTICA DO DITADO JUDAICO:

“De três maneiras se conhece um homem: Por seu COPO, por seu BOLSO e por sua IRA (Kossó, Kissó, Ve-Kaassó). Diz essa tradição: O mais longo dos caminhos é o que leva do coração ao bolso. Não há meios de chegar ao bolso sem uma reflexão sobre a vida e seu sentido. Nossa relação com o bolso revela quem somos e onde estamos neste imenso mercado de valores que é a realidade.

Nesse cenário judaico, transformou-se num tratado de filosofia da economia, misturando-se com a espiritualidade milenar. Onde, faz-se necessário conhecer o vocabulário judeu, e, ao mesmo tempo, plainar na perspectiva no sentido de obter a informação sobre a cultura que está além da nossa. E, por conseguinte, passar a entender o livro sobre um novo prisma acadêmico.

EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor Geral
artsenna10@gmail.com

Lourdes Lucena
Diretora Administrativa
lourdeslucenasantos@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
art_sena@hotmail.com



WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

O jornal A Notícia é uma publicação semanal - Endereço para correspondência:
Av. Menino Marcelo, nº 140, Condomínio Park Shopping, Bloco 01,
Apto 101, Cidade Universitária, Maceió-AL — CEP 57073-470
CNPJ: 27.649.153/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

TOGAS SUJAS

Além de Celyrio Adamastor, juiz, advogados e dono de cartório estariam envolvidos

Desembargador é investigado em esquema de venda de sentença



Desembargador Celyrio Adamastor Tenório Accioly envolvido no esquema

A Polícia Federal (PF) deflagrou na quinta-feira (4) a Operação Pecunia Non Olet, que investiga um suposto esquema de venda de sentenças no Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL). Um dos alvos é o desembargador Celyrio Adamastor Tenório Accioly. Os agentes da PF cumpriram um mandado de busca e apreensão no gabinete do desembargador, na sede do TJAL. Outros

14 mandados do tipo são cumpridos em Maceió e Curitiba.

Segundo a PF, há indícios de que o magistrado adiou um julgamento e proferiu decisões favoráveis a uma empresa do ramo da educação. Em troca, teriam sido feitos pagamentos de gastos pessoais. Os investigadores apontam para a intermediação de agentes públicos e advogados no esquema.

“Se comprovada a participação, os envolvidos poderão responder pelos crimes de corrupção ativa e passiva, além de advocacia administrativa, situação em que agentes públicos promovem interesses ilegítimos, solicitando retardamento, ação ou omissão de atos de ofício, em contrariedade aos preceitos e princípios legais”, disse a PF em nota.

INVESTIGAÇÃO

TJ confirma visita da Polícia Federal

Também estão sendo investigados: o juiz Ivan Brito; o sócio da Faculdade Raimundo Marinho, Antônio Manuel; o dono de um cartório, Vitor Sarmento, e o irmão dele, Tiago; e os advogados Fernando Costa e Felipe de Pádua.

Em nota, o TJ informou: “O Tribunal de Justiça de Alagoas recebeu, nesta quinta-feira (4), comissão

de delegados da Polícia Federal (PF) que cumpriam mandados de busca e apreensão relacionados a inquérito que tramita no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Como parte do sistema de Justiça, a Corte estadual colaborou com a missão dos agentes públicos e viabilizou o acesso aos locais, aos setores e aos documentos necessários à apuração de todas as

informações solicitadas”.

A OAB, em Alagoas, também se pronunciou: “A OAB Alagoas informa que a Diretoria de Prerrogativas foi acionada na manhã desta quinta-feira (4), para acompanhar a operação da Polícia Federal, com o objetivo de resguardar as prerrogativas dos advogados alvos de mandados de busca e apreensão”.



Juiz Ivan Brito



Advogado Felipe de Pádua



Advogado Fernando Costa



Dono de um cartório, Vitor Sarmento...



... e seu irmão, Thiago Sarmento

* sabores tradicionais
* válida somente para delivery

3313.4004
99374.2442

SÓ NO DELIVERY

Pizza

R\$ 51,90

FAMÍLIA + GUARANA 2L

Leze

* sabores tradicionais
* válida somente para delivery

3313.4004
99374.2442

SÓ NO DELIVERY

Pizza

R\$ 49,90

FAMÍLIA + COCA 1,5L

Leze

BATALHA SEM FIM

Emboscadas, tiros e mortes fazem pa

Família Boiadeiro marcou o S

A ambição da família Boiadeiro pelo poder (econômico e político) fez com que homens e mulheres da família dessem início a uma disputa tão sangrenta quanto estúpida, tendo sempre algum membro da família Dantas, ou próxima deles, como alvo. O estopim foi aceso pelos Boiadeiro quando, em 1999, eles emboscaram – na rodovia AL-220, em Jaramataia, o fazendeiro José Miguel Rodrigues Dantas, o Zé Miguel, e sua esposa, Matilde Toscano.

Entre os integrantes da família Dantas, Zé Miguel foi o

único assassinado pelo clã Boiadeiro. Zé Miguel era a maior expressão política da região – nas décadas de 1980 e 1990 – e reconhecido como uma pessoa que não temia os Boiadeiro. Durante cerca de 25 anos, ele, Aluizio Rodrigues e a ex-esposa de Zé Miguel detiveram o poder político em Batalha.

Só mesmo uma emboscada na envergadura da que ocorreu em 1999 tiraria Zé Miguel do páreo político. O fazendeiro José Laércio Rodrigues de Melo, o Laércio Boiadeiro, foi indiciado na condição de autor deste crime. A família Dantas esperou o resultado das

investigações e a atuação da Justiça. Laércio Boiadeiro foi condenado a mais de 30 anos de prisão. Não houve uma reação armada como se esperava no Sertão de Alagoas. Mesmo com esse duplo homicídio – num momento em que Zé Miguel comemorava seu aniversário com a esposa – com a forma cruel como aconteceu, com o carro deles sendo tirado da pista a tiros e o casal sendo executado com o carro virado. Os matadores estavam em três caminhonetes Ranger (modelos possantes da época) e usaram armas de grosso calibre como rifles e espingardas 12.

Mesmo depois dessas duas mortes, a família Boiadeiro continuou morando em Batalha e em cidades vizinhas, como se nada tivesse acontecido. Nada mudou para eles, a não ser a certeza de que, àquela altura, tinham dado um recado forte de que queriam o poder em Batalha a todo custo. Mesmo que muito sangue fosse derramado e corpos tombados.

Os Dantas também não se mudaram nem por medo, nem por covardia. Mas passaram a cuidar mais da integridade física e alterar os costumes. A chamada guerra entre as famílias foi uma notícia

plantada pelos Boiadeiro que queria legitimar a luta deles pelo poder político em Batalha.

O alvo desse clã sempre foi a Prefeitura de Batalha, quando poderiam administrar a cidade como queriam e, com dinheiro e com poder, alcançariam o controle de boa parte do Sertão. Mas, no caminho deles estavam os Dantas, com poderio político e aceitação entre a população. Tanto é assim que, o máximo que os Boiadeiro conseguiram na cidade – além de matar gente, invadir terras, traficar drogas e roubar gado – foi uma vaga na Câmara de Vereadores.



ONDA DE CRIMES

Pé de Ferro e os irmãos Baixinho Boiadeiro e Pretinho Boiadeiro

Discórdias fizeram com que patriarca Neginho Boiadeiro fosse assassinado

Família Boiadeiro coleciona inimigos e desafetos por onde passa

Em novembro de 2017 outro membro do clã Boiadeiro que tomou foi Adelmo Rodrigues de Melo, o Neginho Boiadeiro. Ele era reconhecido como o ponto de equilíbrio da família. Quem mantinha os filhos Preto e Baixinho Boiadeiro sob controle. Neginho Boiadeiro foi emboscado quando saía da Câmara, após a sessão. Preto e

Baixinho Boiadeiro são reconhecidos com os mais violentos da família. Após a morte de Neginho Boiadeiro, outro vereador – Tony Carlos Silva Medeiros, o “Tony Pretinho” foi morto na porta de casa, em dezembro de 2017. Esse crime é atribuído aos irmãos Preto e Baixinho Boiadeiro e seria porque, na interpretação deles, foi “Tony

Pretinho” quem passou as informações sobre Neginho Boiadeiro aos matadores. No dia da morte de Neginho, Tony não foi à sessão na Câmara. Ocorre que Tony era mais ligado aos Boiadeiro do que aos Dantas e nem assim escapou da fúria dos irmãos.

Quem também escapou de ser morto a tiros dentro de casa pelos

dois irmãos Boiadeiro foi Emílio Dantas, primo de Paulo Dantas. Os Boiadeiro passaram na porta da casa dele e abriram fogo contra ele. Mas Emílio Dantas estava armado e reagiu. Emílio ficou ferido, mas ninguém morreu nesse atentado. Hoje, os irmãos Preto e Baixinho Boiadeiro, considerado os mais perigosos da família, estão em liberdade,

mas em situações diferentes. Preto Boiadeiro tem uma condenação de 74 anos de prisão, mas está em liberdade usando tornozeleira eletrônica. Baixinho Boiadeiro está foragido da Justiça e da Polícia Civil. Além deles, outro membro do clã identificado como Dênis Boiadeiro – com endereço em Arapiraca – também seria perigoso e estaria em liberdade.

Parte do clã mais temido do interior alagoano Sertão com rastro de sangue



Laércio Boiadeiro



Neguinho Boiadeiro



Perícia investiga morte de Emanuel Boiadeiro



Tony Pretinho

DIFERENÇAS

Esse fato enfurece Família Boiadeiro que tenta viver do poder público

Família Dantas ascendeu na política com dedicação e trabalho

Mais de 30 integrantes dessa família, entre várias várias gerações, tem envolvimento em ocorrências policiais que vão desde atirar em via pública e assassinato, tamanha a violência do clã. Nesse período, Luiz Dantas que herdou o nome forte da família na política alagoana, foi deputado federal, deputado estadual e Presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas em algumas legislaturas. O filho dele, Paulo Dantas, foi prefeito da cidade duas vezes pelo voto popular. Quando deixou a Prefeitura, Paulo conseguiu eleger a esposa, Marina Dantas, que está hoje no seu segundo mandato. Ou seja, aos Boiadeiro, restava a disputa por uma vaga na Câmara de Vereadores. Hoje, Paulo Dantas é deputado estadual no primeiro mandato, eleito com mais de 38 mil votos. Paulo Dantas é o 1º secretário da Mesa Diretora da Assembleia.

Em pouco mais de 20 anos, os Boiadeiro foram fazendo inimigos no Sertão de Alagoas em quase todas as cidades, inclusive, se estendendo para o interior de Pernambuco. Ao ponto de, entre eles mesmos, tombar um numa emboscada e eles não terem a quem atribuir o crime. No caso de não encontrarem um suspeito aparente, eles colocavam na conta dos Dantas e a guerra foi crescendo na cabeça deles e no imaginário da população. Na verdade, as pessoas tinham a certeza que, para enfrentar um clã tão sanguinário quanto os Boiadeiro, só uma família com influência na política, maior poder aquisitivo e que não tivesse medo deles. Os



Dantas eram assim. Sempre precavidos: com um olho no peixe e outro no gato. Mas o Estado entrou em cena quando enviou para Batalha e região e um forte aparato policial no sentido de restabelecer a ordem e garantir a segurança para a população.

Mesmo com essa precaução, os Dantas tiveram duas baixas consideráveis em 2006. Numa emboscada ocorrida na praça central da cidade, morreram Samuel Theomar Bezerra Cavalcante e o sargento Edvaldo Joaquim de Matos. O rapaz era cunhado de Paulo Dantas (irmão de Marina) e dirigia a caminhonete dele (de Paulo Dantas) no

momento do atentado. Ou seja: as balas eram para ele. O sargento Matos trabalhava na segurança pessoal do então prefeito Paulo Dantas. Esse atentado foi cometido por José Emanuel Boiadeiro, à luz do dia, no meio da rua. Ele foi preso e condenado, mas conseguiu livramento condicional.

Em 2016, a Polícia Civil recebeu a informação de que Emanuel Boiadeiro estava com um arsenal em casa, na cidade de Belo Monte. De posse de um mandado de prisão, foi cumprido, mas teria havido reação à bala e Emanuel Boiadeiro foi ferido e morto. Um policial ficou ferido com um tiro na mão.

PORTO REAL DO COLÉGIO

Denúncia já chegou ao MPE; quantia desviada pode chegar aos R\$ 4 mi

"CPI da Água" investiga participação de prefeito em desvio milionário do Saae

O Núcleo de Combate à Improbidade Administrativa solicitou uma investigação criminal ao Ministério Público do Estado (MPE) para apurar um esquema de desvio milionário na prefeitura de Porto Real do Colégio, envolvendo diretamente o prefeito do município Aldo Ênio Borges.

À imprensa, Aldo confirmou que mais de 60 mil reais são arrecadados mensalmente pelo Sistema Autônomo de Água e Esgoto (Saae) do município, autarquia comandado por sua assessora chamada carinhosamente por ele de "Sandrinha", que se trata de Sandra Rufino Cabral.

O "X" da questão é que não existe depósito em conta bancária, e tudo fica na mão de um funcionário (Fernando Mariano dos Santos Miguel) que supostamente o repassa para o prefeito, acusação

essa apresentada pelos vereadores que exigiram a abertura de uma CPI da Água Batizada.

Ao fundamentarem o requerimento, os autores salientaram ser importante o aprofundamento das investigações acerca do fato através da constituição de uma CPI, com legitimidade e poderes específicos, com a finalidade de apuração e emissão de um relatório a respeito. Foi ressaltado que o Poder Legislativo exerce constitucionalmente as funções de controle externo e possui a legítima atribuição de fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Ao final da exposição, os vereadores lembraram que a Casa Legislativa representa legitimamente a sociedade, a qual espera uma apuração imediata dos sérios indícios das irregularidades, que por si só indicam a necessidade da



Prefeito do município Aldo Ênio Borges

constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O rombo pode ultrapassar mais de 4 milhões de reais, revelou uma fonte da Câmara de Vereadores. Quem atua no muni-

cípio como Juiz de Direito é o magistrado Vinícius Garcia Modesto e como Promotora de Justiça Ariadne Dantas Meneses, que já tomaram conhecimento da CPI.

Os vereadores que compõem

a CPI, são: Dinael de Souza Dantas Ramos, José Ricardo de Oliveira Filho e Lealdo Alves Vilela. Já quem preside a Câmara Municipal é o vereador José Tiago de Lira.



5ª PARCELA

DE ACORDO COM O MÊS DE ANIVERSÁRIO DO RESPONSÁVEL

JANEIRO E FEVEREIRO	QUINTA-FEIRA (04/11)
MARÇO E ABRIL	SEGUNDA-FEIRA (08/11)
MAIO E JUNHO	QUARTA-FEIRA (10/11)
JULHO E AGOSTO	SEXTA-FEIRA (12/11)
SETEMBRO E OUTUBRO	QUARTA-FEIRA (17/11)
NOVEMBRO E DEZEMBRO	SEXTA-FEIRA (19/11)

(82) 3312-5630
(82) 3312-5631
CONSULTADOBEM.MACEIO.AL.GOV.BR



Cidade de Todos Nós

**OLHA MACEIÓ.
OLHA TODA MACEIÓ.
NOSSA CIDADE VISTA
COM UM NOVO OLHAR.**



Para mudar uma cidade, é preciso lançar um novo olhar sobre as suas necessidades. E é com coragem e muito trabalho que estamos mudando Maceió. Uma Maceió que vai além das suas belezas naturais e quer fazer bonito também para quem mais precisa. Uma Maceió que pediu para ser bem cuidada para poder cuidar de sua gente. Claro que não é do dia para noite que se muda uma grande cidade assim. Mas os primeiros passos já foram dados. Agora é seguir em frente por você, pela sua família, por todos nós.



+ 53 MIL FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO BEM
BOLSA ESCOLA MUNICIPAL

APOSENTADORIA

Mudança pode prejudicar trabalhadores; sindicato repudia ação

MP de Contas de Alagoas quer que servidores se aposentem pelo INSS

A presidente do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, Ana Maria Gusmão, encaminhou ao A Notícia, declarações de repúdio contra parecer do Ministério Público de Contas (MPC) que irá mexer com a aposentadoria dos servidores mais

antigos do funcionalismo. “É uma bomba que tenho para expor a todos os servidores estáveis que não entraram no Estado por concurso, ou seja, antes da Constituição de 1988. Os servidores podem vir a ter suas aposentadorias modificadas pelo MPC, uma vez que todas as apo-

sentadorias passam pelo Tribunal de Contas”, informou ao jornal.

A alteração visa fazer com que os servidores não se beneficiem da aposentadoria do AL Previdência e passem para o INSS, do governo federal. Segundo Ana Maria Gusmão, a decisão é ilegal. Mais detalhes das

mudanças foram publicadas no Diário Oficial do TCE, no dia 27 de outubro. “Havendo alteração do entendimento da Corte de Contas para conformá-lo à Constituição e à jurisprudência do STF, faz-se necessária a modulação de efeitos do novo posicionamento de modo a resguardar a situação dos servidores públicos admitidos antes da CF de 1988 que já estejam aposentados ou que tenham preenchido os requisitos para a aposentação pelo RPPS, bem como dos beneficiários de pensões concedidas anteriormente à novel orientação. Precedentes do STF”, destacou.

E mais: “A modulação proposta é inaplicável aos servidores admitidos sem concurso público após a promulgação da CF de 1988, porquanto se trata de ato ilícito flagrantemente inconstitucional que não se convalida com o decurso tempo. Nesses casos, não há falar em decadência administrativa, uma vez que o ato manifestamente ofensivo à CF não ostenta o requisito da confiança a ser protegida, além de subverter a força normativa obrigatória da Constituição. Precedentes do

STF. Parecer pelo registro, com ressalva, com determinações ao gestor do instituto de previdência e proposta de edição de súmula pelo TCEAL”.

Ainda segundo parecer: “Os servidores públicos admitidos sem concurso público até 05 de outubro de 1983, ou seja, há pelos menos 5 anos da promulgação da CF de 1988, possuem a garantia da estabilidade anômala por força do art. 19 da ADCT, porém, não detém o atributo da efetividade, que somente se origina com a nomeação para cargo efetivo após a aprovação em concurso público”.

“Eu e muitos entendemos que querem mandar todos para o regime geral (no TCE apenas 1% tem concurso) e como isso acontecerá? E quem ganha mais que o teto do INSS? E quem já tem aposentadoria também pelo INSS? O MP de Contas quer mexer com as aposentadorias de todo Estado. E o INSS iria aceitar? E quem ganha mais que o teto?”, questionou a sindicalista, que afirmou: “iremos trabalhar para que isso não seja colocado em prática”.



PRECATÓRIOS

Partidos de oposição foram criticados por votarem a favor do projeto

Lira garante aprovação de PEC e diz que país não tem problema financeiro

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), garantiu nesta sexta-feira que a Proposta de Emenda à Constituição que altera a regra de pagamento dos precatórios e abre espaço para a criação de um benefício social temporário será aprovada em segundo turno na Casa, inclusive com mais votos do que na primeira votação.

Em entrevista à CNN Brasil, Lira defendeu a PEC dos Precatórios, que permitirá a criação de um programa social com pagamento previsto de 400 reais que terminará ao final de 2022, ano eleitoral, e afirmou que o Brasil não tem um problema financeiro, pois a arrecadação este ano será maior que a esperada. "Eu dificilmente acho que a votação irá refluir para menor".

Na Câmara nós iremos avançar no número (de votos)", disse Lira na entrevista. "Nós vamos manter e aumentar (os votos), porque nós votamos esse primeiro turno somente com 456 deputados votando de 513. Muitos vão vir nesta semana e nós vamos aumentar o quórum de votação e, lógico, aumentando a perspectiva de votos a favor.

"Na madrugada de quinta-feira, a Câmara aprovou o texto-

Eu dificilmente acho que a votação irá refluir para menor. Na Câmara nós iremos avançar no número (de votos). Nós vamos manter e aumentar (os votos), porque nós votamos esse primeiro turno somente com 456 deputados votando de 513"

base da PEC dos Precatórios em primeiro turno por 312 votos a 144. Eram necessários 308 votos para aprovar o texto. A votação dos destaques à matéria, que podem alterar seu conteúdo, e da PEC em segundo turno --quando novamente serão necessários 308 votos para aprovação-- está marcada para a terça-feira.

Após a aprovação do texto-base em primeiro turno, partidos de oposição ao governo do presidente Jair Bolsonaro, como PSB e PDT, foram criticados nas redes



sociais pelo fato de suas bancadas terem votado majoritariamente a favor da PEC. A posição do PDT levou Ciro Gomes a suspender sua pré-candidatura à Presidência pela legenda na eleição do ano que vem e ele pediu que a bancada do partido, que deu 15 votos para a PEC, reveja a posição. Lira também disse que a taxa de dividendos, aprovada na Câmara no âmbito da reforma tributária, seria suficiente para pagar um programa social permanente de 300 reais, mas lembrou que o texto está parado no

Senado.

O presidente também classificou de "vis" e "leprosas" o que chamou de "especulações" de que ele teria usado emendas parlamentares nas negociações para aprovar a PEC dos Precatórios. Lira também fez a avaliação de que o que gera instabilidade no mercado financeiro --com queda nas ações e valorização do dólar ante o real-- não é a PEC dos Precatórios, mas o que chamou de "solavancos" entre Câmara e Senado.

Agentes financeiros têm

apontado que a manobra do governo com os precatórios para permitir a criação de um programa social em ano eleitoral contorna a regra do teto de gastos e abala o arcabouço fiscal do país. O presidente da Câmara disse ainda que a reforma administrativa está parada na Casa por falta de mobilização daqueles que defendem um Estado menor e apontou ainda que o governo Bolsonaro também não tem apoiado e nem demonstrado interesse na proposta.

Verão Ilha

ZUMBA

NA PRAIA

06 e 07
NOVEMBRO
A PARTIR DAS 08h

DE NOVEMBRO A FEVEREIRO
TODOS OS FINAIS DE SEMANA

ÁREA DO TOTEM
(ILHA DA CRÓA)

BARRA DE SANTO ANTÔNIO
PREFEITA Livia Carla
Academia da Saúde

EXPOSIÇÃO

I Feira de Artesanato

BARRA DE SANTO ANTÔNIO

06/NOVEMBRO
A PARTIR DAS 13h

DE NOVEMBRO A FEVEREIRO
TODOS OS FINAIS DE SEMANA

ÁREA DO TOTEM
(ILHA DA CRÓA)

#ABARRA
Lea Cultura

BARRA DE SANTO ANTÔNIO
PREFEITA Livia Carla
CULTURA